



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Pederneiras, 07 de abril de 2025.

## JULGAMENTO DE RECURSO

**Processo Administrativo nº 4071/2025**

**Pregão Eletrônico nº 23/2025**

**Objeto:** Registro de preços de rações para cães e gatos.

Trata de recurso administrativo interposto pelas empresas **Nutrigero Nutricao Animal Ltda**, contra a decisão proferida, a qual desclassificou a empresa nos itens 03 e 04.

Em síntese, a empresa a empresa Nutrigero contesta a desclassificação de sua proposta no Pregão Eletrônico nº 90023/2025, argumentando que a aplicação inflexível do limite de 10% sobre os preços registrados na Cota Principal prejudica a competitividade e fere princípios essenciais como economicidade, isonomia e formalismo moderado, que visam assegurar o interesse público, assim, a empresa solicita a reavaliação do julgamento, por meio de diligências que esclareçam os equívocos na análise, ou, alternativamente, a reclassificação de sua proposta, de forma a evitar prejuízos decorrentes de um procedimento que se distancia dos preceitos legais e das melhores práticas de contratações públicas.

Iniciarei a análise do recurso apresentado informando que a proposta da recorrente ultrapassou o limite de 10% estipulado para os itens da Cota Reservada em relação aos preços ofertados na Cota Principal, conforme definido no item 2.5.5 do edital.

2.5.5 - Caso exista(m) item(ns) igual(is) disposto(s) tanto na Cota Reservada quanto na Cota Principal e uma ME/EPP/MEI/EQUIPARADA sagrar-se vencedora unicamente da Cota Reservada, não será(ão) aceito(s) preço(s) superior(es) à 10% (dez por cento) do(s) preço(s) registrado(s) na Cota Principal.

Importa destacar que a restrição prevista encontra respaldo em regulamentações como o Decreto Estadual nº 56.475 do Município de São Paulo, que também adota limite semelhante, reafirmando que os benefícios às MEs/EPPs não são irrestritos e devem respeitar o interesse público e a economicidade.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Adicionalmente, a aplicação das regras do edital busca assegurar a transparência e a eficiência do certame, garantindo um equilíbrio entre os incentivos às MEs/EPPs e a necessidade de uma gestão fiscal responsável. A ultrapassagem do limite permitido compromete o princípio da economicidade e justifica a desclassificação da proposta da empresa Nutriggero.

## **Conclusão**

Diante das análises realizadas e dos fundamentos apresentados, conclui-se que a desclassificação da Nutriggero foi conduzida de forma legal e em conformidade com a legislação vigente, e com as disposições do edital do Pregão Eletrônico nº 11/2025. A decisão de aplicar os limites de sobrepreço para as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte reflete a necessidade de equilíbrio entre o incentivo a essas empresas e a garantia de eficiência e economicidade na utilização dos recursos públicos. Assim, o recurso administrativo interposto pela Nutriggero não merece provimento, mantendo-se a decisão inicial de desclassificação como medida justa e em observância aos princípios do interesse público.

## **Do Julgamento**

Diante da análise detalhada do recurso apresentado, e fundamentado na legislação vigente, decide-se pelo não provimento do recurso interposto pela empresa **Nutriggero Nutricao Animal Ltda.**

Mantém-se, assim, a decisão de desclassificação da referida empresa. Essa decisão visa garantir a legalidade, a transparência e a eficiência do processo licitatório, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, assegurando que a contratação atenda plenamente aos interesses da administração pública e aos princípios que regem as licitações.

Proponho também a incorporação dos quantitativos dos itens 03 e 04 aos itens 01 e 02 respectivamente, como previsto no item 2.5.2 do edital.

Eram essas, Senhora Prefeita, as informações que competiam ser dadas Vossa Excelência sobre o caso, nos termos do Edital do certame em epígrafe e com fulcro no artigo 165, § 2º da lei nº 14.133/2021.

Alan de Moura Lima

Pregoeiro